

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

**PEIRCE E DELEUZE: SOBRE A POSSIBILIDADE DE UMA
METAFÍSICA DA DIFERENÇA E CONTINUIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Programa de Graduação em Filosofia da PUC-SP.

Orientando: Giovani Zaniboni Collino

Orientador: Ivo Assad Ibri

São Paulo

2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PEIRCE E DELEUZE: SOBRE A POSSIBILIDADE DE UMA METAFÍSICA DA
DIFERENÇA E CONTINUIDADE

Orientador: Ivo Assad Ibri

Orientando: Giovani Zaniboni Collino

RESUMO

A diversidade de construções possíveis a partir do pensamento de C. S. Peirce é proporcional à amplitude dos domínios em que ele se infiltrou. Suas prefigurações e desenvolvimentos simultâneos a tópicos centrais na filosofia europeia — por mais escasso que fosse o intercâmbio direto entre esses espaços — são elementos responsáveis por colocá-lo numa interessante perspectiva. Enquanto na Europa fervilhava a cizânia originária da filosofia contemporânea, Peirce não compartilhava dessa distinção de interesses. Dir-se-ia que em seu pensamento já residia uma conciliação dos esforços de formalização da escola analítica com a metodologia fenomenológico-hermenêutica a animar a filosofia continental. Não por acaso, grandes promotores dessa conciliação compartilham um apreço pela doutrina pragmática. Este trabalho, apesar da similar instrumentação, pretende demonstrar interfaces mais ocultas entre a rigorosa pretensão de uma tradição anglo-saxônica e o vitalismo experimental da filosofia francesa dos anos 70, que como se argumentará aqui, ponderam por diferentes meios a centralidade da diferença e da complexidade em processos ontológicos. Para esse fim, este projeto buscará valorizar a posição tanto inventiva quanto marginal de ambos os autores no paradigma filosófico de seus períodos, bem como explicitar suas confluências e dissonâncias, tendo por foco a conceituação — implícita e explícita — de Diferença nas obras de Peirce e de Gilles Deleuze, principalmente em seu volume mais sistemático, *Diferença e Repetição* (1968).

Palavras-Chave: Peirce, Deleuze, Diferença, Filosofia Contemporânea, Metafísica, Fenomenologia, Pragmatismo, Cosmogênese, Primeiridade, Continua, Acaso.

SÃO PAULO

2024

PONTIFICAL CATHOLIC UNIVERSITY OF SÃO PAULO

PEIRCE AND DELEUZE: ON THE POSSIBILITIES OF A METAPHYSICS OF
DIFFERENCE AND CONTINUITY

Research Supervisor: Ivo Assad Ibri

Student: Giovanni Zaniboni Collino

ABSTRACT

The diversity of possible constructions to arise from C. S. Peirce's thought is proportional to the breadth of domains into which it has infiltrated. His prefigurations and simultaneous developments to central topics in European philosophy — despite the scarce direct exchange between these spaces — are elements responsible for placing him in an interesting perspective. While Europe was bubbling with the original discordances of contemporary philosophy, Peirce did not share their distinction of interests. It could be said that his thought already housed an accord between the formalist efforts of the analytic school and the phenomenological-hermeneutic methodology to animate continental philosophy. Not coincidentally, major proposers of this reconciliation share an appreciation for the pragmatic doctrine. This work, despite the use of similar instruments, aims to demonstrate hidden interfaces between the rigorous pretension of an Anglo-Saxon tradition and the experimental vitalism of French philosophy from the 70s, both of which, as it'll be argued here, examining by different means the centrality of difference and complexity in ontological processes. To achieve this aim, this project seeks to value the inventiveness and the marginal position of both authors amidst their own philosophical paradigms, as well as to expose their confluences and dissonances, focusing on the implicit and explicit conceptualizations of Difference in the collected works of Peirce and the oeuvre of Gilles Deleuze, especially in his most systematic volume, *Difference and Repetition* (1968).

Keywords: Peirce, Deleuze, Difference, Contemporary Philosophy, Metaphysics, Phenomenology, Pragmatism, Cosmogeneration, Firstness, Continua, Chance.

SÃO PAULO

2024

A presente pesquisa faz parte de um projeto maior, a ser elaborado ao longo do desenvolvimento de uma tese de mestrado, e de forma geral pretende reconstruir o conceito de diferença a partir de dois distintos autores no pensamento metafísico contemporâneo: Charles Sanders Peirce, sob as doutrinas do *tiquismo*¹ e do *sinequismo*², e Gilles Deleuze, a partir de sua filosofia da diferença³, e por meio disso, expor diferentes vislumbres da possibilidade de um resgate do campo metafísico em meio ao paradigma filosófico-científico em que se encontra o pensamento contemporâneo. A concepção de diferença em Peirce responde a um sistema que aparenta ter por finalidade a teorização de um *continuum*. Deleuze, por sua vez, nomeia e organiza uma diferença que por ser vista “em si mesma”, parece ganhar o estatuto de propriedade, mais do que o sentido relacional comumente a ela associado.

Pretendemos reconstituir, dessa forma, o encadeamento histórico e semântico das distintas implicações do problema da diferença como fator real do pensamento filosófico, contrapondo um esquema que a trata como base solitária de todas as coisas a outro que a adota como parte de um conflito sem o qual o fenômeno não se dá realidade adentro. Almejamos revelar, por um lado, um amplo campo de compartilhamento entre as duas propostas, e por outro, suas relações com a divisão primeva da filosofia contemporânea⁴, esta, que como se investigará, reside num debate em muitos méritos antecipado por Peirce ao longo de seus escritos orientados à ciência.

Perceberemos, a partir da visualização dessa querela, a forma como o pensamento da diferença em si por Deleuze habilitará um elemento já inoculado no paradigma que o

¹ Peirce definirá *tiquismo* como a doutrina que defende o acaso como fator genético da realidade, o que o torna, portanto, um feixe que juntamente com a ordem — e dessa forma, submetido à continuidade (CP 6.202) — subjaz e opera o fenômeno de acordo com a consolidação das possibilidades

² teorização por parte de Peirce que se referirá à objetividade do contínuo, sendo o contínuo um todo refletido igualmente por todas as suas partes (Zalamea, 2010)

³ A chamada “filosofia da diferença”, desenvolvida sobretudo no volume *Diferença e Repetição*, de Gilles Deleuze, propõe o questionamento do primado da identidade na filosofia transcendental, apresentando um esquema de independência da diferença no campo ontológico, que passa a pensá-la em si mesma, transferindo a identidade e conseqüentemente a reconhecimento a um estatuto artificial fundado sobre a repetição, que por sua vez é também expressão de diferença (Deleuze, 2018).

⁴ Ao longo dessa investigação, será de grande importância a nível de análise histórica a divisão da filosofia contemporânea ilustrada por Friedman (2000) como o *parting of ways*, conceito que apesar de se colocar numa obra sobre uma querela na filosofia europeia do século XX, levanta importantes hipóteses acerca da erosão no espaço de debate filosófico gerido na origem da filosofia contemporânea e tematiza sobretudo a dissonância metodológica atuante nessa discussão e geratriz do suposto conflito de pressupostos entre os conjuntos dela originados.

precedia, reavendo elementos do diálogo entre Kant e figuras como Hume, Maimon e Jacobi. O sistema arquitetado por Peirce, em reflexão diretamente ligada ao pensamento de Schelling (Ibri, 2022), itera uma integração e resposta dessas questões, concedendo espaço a uma liberdade que não constitui o único elemento no espaço cosmológico, e apresentando um modo dotado de lei e generalização que se realiza em conjunto com a diferença e atua sobre ela nos processos de complexificação e evolução. Esse princípio coagulador, de reunião dos afins, que Deleuze associa a uma identidade interior e posteriormente posicionada ao invés de uma agência objetiva, acaba por demonstrar precisamente o ponto de inflexão entre as duas propostas: O funcionamento da continuidade e sua relação com a generalidade. O posicionamento tão peculiar que a ideia de repetição ganha na obra de Deleuze — apesar das visíveis reminiscências de autores como Nietzsche e Bergson — configura uma cisão com a identidade e um escape à reconhecimento. No entanto, expor esse processo pode soar também como concessão à realidade do hábito, sendo necessária uma compreensão mais específica do que o conceito de continuidade representa em especial nessas obras para que se atestem de forma rigorosa os limites do fato metafísico da diferença.

A preponderância do conceito de diferença não é mera coincidência, uma vez que a ampla, mas pouco pesquisada fundamentação metafísica da fenomenologia peirciana a apresenta como o continuum de acaso, sendo sua efetividade fenomênica observável principalmente a partir das “coisas sem nome” (Ibri, 2020). Há de se perceber, por entre as listas tão ecléticas de referências dessas obras, algumas consonâncias ruído adentro, que como se pretende argumentar, ilustram um caminho possível, mas pouco frequentado pelas escolas da filosofia contemporânea. Este trabalho, apesar da natureza comparativa, não pretende tratar por exaustas as relações entre esses dois autores, atuando aqui num recorte específico, o das repercussões metafísicas e ontológicas da diferença nos dois autores, o que permitirá algum nível de estabilidade à análise, e reduzirá a quantidade de objetos necessários à pesquisa, ainda assim não extinguindo sua vastidão. Será inevitável o posicionamento dessas obras numa hermenêutica da história da filosofia, uma vez que as operações aqui descritas atuam por meio de duas diferentes críticas da representação que polemizarão tanto seus contemporâneos quanto antepassados no pensamento filosófico. Um histórico completo de atritos e reabilitações se mostraria inviável, tendo em vista a dimensão da obra desses autores e o ecletismo de ambos; mas numa investigação como essa, deve-se ao menos almejar uma contextualização competente dos

problemas filosóficos centrais aos seus objetos como ponto de partida para uma reconstrução argumentativa mais centrada no “interior” dos textos de cada um. Pretende-se também manter como fundo a centralidade metodológica da agonística filosófica presente em seus objetos, bem como a inevitável rede de integrações possíveis no ramo da filosofia contemporânea que encerram harmonicamente a sobreposição dissonante de certos ramos. Leva-se ao cerne da pesquisa a convocação ao ecletismo enciclopédico que acaba por alimentar o método de ambas as obras aqui analisadas.

Apesar da idade de seus escritos e da capilaridade de seu nome em discussões acadêmicas, Peirce tem na filosofia uma posição especial: Nem sua obra completa fora publicada até boas décadas após sua redação, nem ele redigiu de forma exaustiva sobre cada um dos temas por ele taxonomizados. Como em todo programa filosófico, a obra de Peirce lega uma série de problemas passíveis de desenvolvimento a partir de seus próprios preceitos.

Derivações da metafísica Peirciana e subsequentes aparecimentos desse regime metodológico aparecerão posteriormente em áreas de pesquisa como a biossemiótica e o novo realismo, sendo esses campos muito recentes e um tanto deslocados do desenvolvimento filosófico num período intermediário da filosofia contemporânea.

Tais desenvolvimentos, bem como outras repercussões do pensamento de Peirce sobre a filosofia, acabam por influenciar todo um universo textual dedicado ao suposto retorno a raízes pitagóricas, como argumentaria Deely (2001), propiciado por um modelo metafísico alimentado por uma lógica puramente relacional, que almejaria remover da ciência e da filosofia os vestígios essencialistas e substancialistas que as acometem. Esse modelo, como se mostrará, resulta de um aparato teórico que conjugará ontologicamente a ordem ao acaso, a repetição à diferença, o cosmos ao caos. Para esses fins, Peirce convocaria uma teoria da indeterminação e da espontaneidade típica do idealismo romântico, e a ligaria à presença inegável de um princípio coagulante, que para ele explicaria a inteligência potencial dos sistemas complexos que sua perspectiva evolutiva visualizava, todos esses elementos atestáveis pela sua própria característica de objeção, dentro de um esquema realista.

A seguir, vemos Peirce discorrer acerca do corpo de evidências presente a uma teoria do acaso:

Não é natural da uniformidade gerar variação, nem da regra engendrar exceções. Quando contemplamos a multiplicidade da natureza, encaramos uma espontaneidade viva. Um passeio cotidiano no campo nos lembrará bem disso. (CP 6.553) – tradução nossa.

Traçar o histórico de uma filosofia da diferença de Peirce a Deleuze parece ainda não ter sido o intuito de qualquer publicação autossuficiente, sendo grande a distância entre os círculos filosóficos formados ao redor desses autores. Notamos, desta maneira, uma possibilidade de interagir com espaços muito alheios um ao outro, e permitir, pelas disposições tão óbvias quanto originais, um mapeamento mais rigoroso de como a ideia de diferença pode se desenvolver para sustentar relevantes esquemas com resultados ora dissimilares, ora consonantes, que almejam o reposicionamento de uma fundamentação metafísica das verdades científicas e trarão às últimas consequências a já longeva crise de um conceito fixo da substância.

Na perspectiva de Peirce, a evolução, os processos poiéticos e a complexidade são resultado da interação de dois *continua* reais, enquanto para Deleuze, esses processos devem ser explicados a partir de suas qualidades dispersivas, e, portanto, apenas pela diferença. A consonância entre esses dois métodos parece dissolver-se a partir do momento em que se levanta o problema da reconhecimento, da representação e do acesso; o que para Peirce denotaria generalidades que possibilitam o entendimento, para Deleuze é demonstrado como resultado de uma movimentação pouco presente naquilo que subjaz o fenômeno, bem como suas condições de possibilidade.

Longe de respondidas todas essas questões, sobre elas repousarão outras: A descontinuidade pode se definir de maneira independente? Caso possa, seu estado mais puro não denota continuidade? Se a percepção de continuidade ocorre por um acesso descontínuo à descontinuidade, essa correlação não gera uma continuidade real? Nenhum desses itens pode ser exaustivamente respondido sem uma investigação muito maior que a pretendida, mas a finalidade desta estaria no mínimo incompleta caso não os provocasse. Essa problemática envolvendo uma lógica de continuidades será de crucial importância para a presente investigação, e para melhor compreender as expressões mais amplas dessa questão num âmbito metafísico, será também necessário à pesquisa um aprofundamento na doutrina do *sinequismo*, bem como da filosofia da matemática empreendida por Peirce, tanto em seus sucessos quanto nos espaços onde o projeto encontra seus limites mais

frágeis, como atestado por Murphey (1961) e Moore (2013). Pretende-se, como finalidade geral, expor as possíveis frutificações de um olhar filosófico sobre a diferença como fator objetivo, condicionante e criativo sob o original regime de intersecção entre propostas que a despeito do volume de estudos em campos independentes, não foram suficientemente comparadas nesse âmbito.

Sendo o objeto particular da investigação a coexistência de duas propostas filosóficas do conceito de diferença, seja numa definição relacional, como demonstrará o modelo de Peirce, seja por meio da ideia de uma diferença em si mesma, finalidade da reflexão de Deleuze; é necessário também expor um recorte histórico, e dentro dele, apresentar uma problemática conceitual ao analisar duas posições que, apesar da origem num campo semântico comum, não partirão do mesmo sistema de classificação dos fenômenos e suas matrizes. Apenas a partir dessa análise panorâmica contextual, será tematizada formalmente a interioridade dos textos estudados. Para seguir essa trajetória, nos ocupamos de uma bibliografia que pode se dividir em três classes: Os textos originais dos dois autores principais, a bibliografia complementar oferecida pelos seus comentadores, e demais obras importantes para a apreensão reconstrutiva de uma hipótese coesa da história e evolução do pensamento filosófico em direção à ambiência que gesta o problema central.

As fontes principais do trabalho são a obra publicada disponível de Peirce, e *Diferença e Repetição*, de Gilles Deleuze, bem como comentários de alguns dos principais nomes associados à discussão acadêmica do desenvolvimento metafísico nestes trabalhos. Quanto a Peirce, tenta-se aqui conceder uma preferência aos trechos concernentes à metafísica e a ontologia, mas basta um olhar à sua filosofia da ciência, sua teoria dos signos ou seus escritos sobre lógica e matemática, e há de se perceber que esses espaços também têm setores permeados de pressupostos relacionados à especulação de cunho ontológico, o que está em pleno acordo com aquilo que seus maiores *scholars* tentam delinear: um sistema arquitetado a partir de uma lógica das relações que se imprime nas três categorias, por ele denominadas *cenopitagóricas* (o que evidentemente chama nossa atenção à importância de uma lógica relacional matematizável entre os entes que compõem a experiência, a ser formalizada pela formalização semiótica de Peirce). Deleuze, por sua vez, será lido por aquele que é seu tomo mais sistemático, e o que apresenta com maior contexto lógico a construção de seu modelo de diferença, *Diferença e Repetição*.

Esta pesquisa não se vale apenas de comentários internos à intersecção dessas obras, e se mostraria insuficiente e pouco produtiva caso se resumisse a uma reconstrução interna dos textos originais. A começar pelo fato de que o diálogo direto entre Peirce e Deleuze não ocorre em letra a não ser por curtas passagens em volumes da obra do último, pouco dedicadas ao objeto central da presente análise, a diferença. A escassa produção de obras comparativas, ao menos num recorte metafísico, é outro elemento que acaba por restringir mais a bibliografia diretamente ligada ao texto. Acima de tudo, constata-se que os objetos discutidos respondem a uma série de problemas panorâmicos da filosofia contemporânea que não podem ser perdidos de vista: o modelo transcendental, o papel da diferença (que aqui aparecerá como motor poiético), a posição de uma teoria da continuidade, reflexões sobre o hábito, a mereologia, entre outros. Esses temas não se isolam às obras discutidas, e ainda que não se pretenda dá-los por exaustos nessa dissertação, é necessário expor a quem e ao que se responde quando se refere à diferença. Por este motivo, obras que discutem todo o espaço externo que gestou essas questões, mesmo em aspectos aparentemente distantes da discussão central, fazem parte da consulta e serão referenciados como parte da bibliografia relevante ao assunto.

Deve-se também atentar à possibilidade de projeção futura dessas obras: Se um autor como Peirce foi e segue sendo utilizado para responder desenvolvimentos posteriores de filosofias com as quais ele não interagiu diretamente, não se pode suspendê-lo cronologicamente e situá-lo num passado inextricável. Grande parte da metodologia deste trabalho e dos seus posteriores desenvolvimentos centra-se no uso desses autores para além das tradições que estes impulsionaram de forma imediata, o que é precisamente aquilo que seus diferentes modos de interação com o texto e o método acabam por revelar. Antes de capricho estético, tal disposição à transversalidade textual é uma de justeza metodológica para com a proposta filosófica de seus objetos.

Almejamos extrair de cada um dos autores, segundo suas lógicas internas e influências, o que nesses casos particulares é acolhido e conceituado como diferença, mais do que apenas tratá-la como um objeto de estudo suspenso que representaria apenas um anteparo ao possível diálogo das obras. Se deve notar, em primeiro lugar, a necessidade do endereçamento dos devidos pressupostos, em benefício da certeza de que os cernes destes modelos se referem a fatores idênticos.

Não há novidade em notar na filosofia uma produção intelectual permeada de um *polemos* cáustico, capaz de cristalizar conjuntos a partir de suas diferentes noções, tanto metodológicas quanto teleológicas. Um mote evidente ora em posições da teoria sobre si mesma, ora sobre seus outros objetos possíveis. A origem oral da filosofia perfaz uma forma de simbolização que evolui sob um regime sobretudo dialógico, que instrumentaliza o poder criativo da contradição. Ecos dessa estrutura tornam-se claros tanto a níveis cosmológicos, como no caso do pensamento de Heráclito; quanto argumentativos, por exemplo, na maiêutica de Sócrates. Um tanto recente, entretanto, é a visão da filosofia como um campo cindido, onde dois lados não reconhecem sequer a legitimidade alheia no campo discursivo, descartando, portanto, as possibilidades de um debate dentro dos mesmos pressupostos. Eis a situação na filosofia contemporânea. A ideia de um “Parting of Ways” (Friedman, 2000) demonstra a preponderância de uma querela insolúvel já em momentos primevos desse período de produção filosófica. A percepção da filosofia como conjunto de dois sedimentos derivados de pressuposições e metodologias diferentes abrirá espaço, sobretudo recentemente na academia alemã, para esboços reconciliadores de autores como Apel (1981), Habermas (2003), Krois (1987) entre outros. Um dos pontos comuns entre essas investigações é o apreço ao pragmatismo, doutrina inaugural da filosofia contemporânea na América, que numa obra como a de Charles Sanders Peirce, revela um formato que apesar de ter seu espírito reivindicado por muitos dos autores posteriores pertencentes à tradição analítica e anglo-saxônica, prefigura problemas essenciais para o método dominante na tradição continental, sendo sua perspectiva acerca da mediação, contida na terceira categoria, uma questão que colocará sua obra frente a autores como Husserl (Spiegelberg, 1956; De Waal 2012) , Heidegger (Bourgeois, Rosenthal; 1988) , Cassirer (Krois, 1987; Innis, 2002) e Bergson (Hausman, 1999) .

Mesmo com a apresentação de dissonâncias entre estes e Peirce, é inegável um fundo harmônico por meio do qual sua investigação arranja similares pontos de partida, e se interessa por particularidades que não reapareceriam sem qualquer similitude em intenção. Apesar da atestada potência coaguladora de conflitos da obra de Peirce, o interior de sua filosofia é tão polêmico quanto o de qualquer renovador da linguagem na área, e se a virada por ele proposta obtém algum êxito, é por compartilhar dessa qualidade com seus antecessores. O método peirciano é, também, uma proposta de idealismo objetivo, com uma tendência falibilista à ciência (posição afirmativa à indução, ciente de

sua posição na dinâmica do conhecimento, o que habilita uma rejeição do ceticismo), pronunciadas tendências ao realismo escotista, e um forte indeterminismo que, contra aceções do senso comum ao termo, aponta a um equilíbrio organizado, e não à dispersão entrópica. Improvável e heterodoxa que possa parecer à primeira vista, essa intersecção é geratriz de um dos sistemas mais amplos já empreendidos na filosofia contemporânea.

Há qualidades no projeto de Charles Sanders Peirce que representam muito bem reminiscências de um espírito totalizante, reconhecível em especial na filosofia alemã. Peirce está entre os poucos dentro dessa nascente filosofia contemporânea que acreditará no potencial da área como grande sistema, e tal comprometimento não poderia ser acessório quando um projeto desse pretende, por meio de uma taxonomia generalizada, perfazer na filosofia uma ciência, o que não aconteceria pela via Hegeliana, que via a filosofia como única ciência possível, visto seu potencial de contato com o absoluto. Do contrário, o comprometimento de Peirce com a sistematização o leva a elaborar um projeto integrativo da ciência (que não deixa de perfazer a filosofia como parte desta, mas também não inaugura uma censura das outras áreas) onde a filosofia, as ciências empíricas (ou especiais) e a matemática formam um conjunto interdependente. Para endereçar a filosofia de Peirce, será de grande proveito expor seu ordenamento interno, a determinar a integração de diferentes áreas num esquema sólido. A fenomenologia, para Peirce, é apenas a primeira de três diferentes ordens da filosofia — a frequente aparição de ordens triádicas é um dos elementos mais distintos, e nada acessórios, da obra de Charles Sanders Peirce, e sua orientação taxonômica terá posição essencial na justificativa da filosofia, ou cenoscopia, como parte de sua classificação das ciências, juntamente com matemática, cujo objeto de estudo são entes imaginários e a lógica que os envolve; e das ciências especiais, ou idioscopia, que assim como a filosofia, se debruçam sobre fenômenos positivos, com a diferença de que possuem uma metodologia de experimentação física e uma testagem prática de postulados — que apesar de distinções basilares, são interdependentes, e respondem a uma hierarquia interna. Sua orientação primária é a Experiência, único, constante e persistente resultado cognitivo da vida, produto da mente que está e se manifesta. Sendo essa experiência um espectro que compreende da apresentação à representação, tanto de itens físicos quanto psíquicos. O fenômeno, ou *faneron*, é o todo da aparição, um processo interativo que pode ser resumido como a manifestação da idealidade presente no todo e as derivações disso num plano perceptual. Os outros dois elementos nessa classificação da filosofia são as ciências

normativas — lógica⁵, ética⁶ e estética⁷— e a metafísica, que tem por função investigar o que subjaz às aparências, sendo a área onde se dão as especulações que animam seu idealismo objetivo, onde Peirce esboçará sua teoria dos continua, acerca da constante tensão entre acaso e lei, que originará suas especulações cosmogênicas sobre a força agápica, o caráter evolucionário da passagem do indeterminado ao determinado, a incisão de sua lógica dos possíveis na realidade. A importância do conceito de diferença na obra de Peirce torna-se explícita na passagem de sua metafísica, cuja proposta é o estudo dos processos subjacentes à existência: Os continua, que em sua interação, gestam objetos para além de suas potencialidades, i.e., propiciam sua aparição ativa, sua existência. Sob uma ótica histórica, torna-se essencial, antes de qualquer exame frio da letra, identificar no cerne do pensamento peirciano dois instantes especiais aos quais a preponderância desse conceito se deve: Para além da exploração do realismo escolástico em Peirce e sua crítica de um nominalismo contemporâneo, voltar-nos-emos, ao longo deste trabalho, às reminiscências de uma *Naturphilosophie* Schellinguiana no projeto de Peirce (Ibri, 2009), a constituir toda sua malha de um idealismo não-subjetivo, não-solipsista, talvez articulando, à maneira de uma filosofia mística (Franks, 2015), a ideia de uma continuidade entre inteligência e inteligibilidade na natureza. Dada a continuidade supracitada, pode-se afirmar que o todo se constitui de apenas uma mesma natureza, e se é possível alguma correspondência cognitiva interna às relações entre objetos, o fenômeno é, se não, o processo de manifestação interativa dessa idealidade. Sua dispersão tanto rege a objetividade e a alteridade, ao passo que a conaturalidade entre os objetos não denota sobre eles uma única agência, se não uma estruturação comum que os dota de facticidade, opondo-os ao espaço dos objetos imaginários; quanto a subjetividade, que apesar de sua sujeição aos fatos, situa-se de forma espontânea e pode criar para si seus próprios parâmetros e categorizações, manipulando dessa maneira a face interior do processo de conhecimento. Peirce funda sua filosofia sobre uma lógica relacional, não-aristotélica, modelo este que refletia as necessidades de uma filosofia ao mesmo tempo impactada pelas descobertas e pela trajetória da ciência moderna, que se distanciava da ousadia aristotélica para buscar suas verdades em funções relacionais entre objetos e solidificá-las a partir da conceituação de modelos (Cassirer, 1910). A cognoscibilidade e

⁵ Área denominada por Peirce semiótica formal, que trataria da investigação e derivação de princípios relacionais abstratos

⁶ Investigação sobre os fins de conduta

⁷ Teorias da admirabilidade e da expressão

a cognição se mostram, desta forma, como faces de um único processo em que a diferença dispersa uma matéria que se individua tanto por esse primeiro passo, quanto pela inteligência de seus componentes, que mediante uma lógica organizadora e evolutiva, se complexificam e ancoram-se em hábitos; estes, por sua vez, passíveis de se logicizar, perceber, racionalizar e descrever. O fenômeno nasce da interação das diferentes individuações de um composto único, e se classifica de acordo com suas diferentes disposições; resumidamente: apresentação, colisão ou integração. É de especial posição nesse arranjo a ideia de finitude: O modelo de Peirce descredencia o binômio Coisa-em-si – Aparência (inclusive utilizando-se aqui de sua lógica de predicados para questionar a possibilidade e a finalidade da conceituação de um incognoscível), e ao mesmo tempo posiciona, à maneira de Scotus, os universais como objetivos, reais; a posição peirciana, diferentemente do realismo direto da escola escocesa, vê a experiência e seus resultados científicos com um limite. Seu indeterminismo realiza esse corte ao passo que a diferença – imprescindível à genética e à expressão fenomênica do objeto, mas fugaz à formação de conceito – atua não somente na aleatoriedade, como também, junto a uma força coagulante, na complexificação da matéria.

A metafísica Peirciana se centralizará na proposta de que as operações do tiquismo e do sinequismo agem de forma aparentemente coordenada, num espaço onde a diferença é gerada no seio da continuidade por meio de flutuações e ruído a nível microscópico, e essa conexão entre o descontínuo molecular e o contínuo molar é exatamente a responsável pela complexidade, e mais do que isso, pela complexificação. Peirce retira daí um evolucionismo cósmico e uma doutrina que chamará agapismo, que explicará a reunião dos afins, a geração espontânea de leis orgânicas, e a emergência de processos mediativos (semióticos) ao longo de todo o estrato do cosmos.

Esse movimento há de legar, para Peirce, limitações ao alcance do processo racional, que circunscreve e apoia a si na utilidade pragmático-epistêmica da indução. Tal trajeto, diferentemente do proposto num esquema cético, defende a qualidade provisória dos desenvolvimentos da ciência, ao argumentar que a aderência de modelos às relações dos objetos conhecidos é um horizonte mais útil que a suspensão completa de juízo. A incerteza e a dúvida, ao constituírem máximas paradigmáticas solitárias, acabam por fazer a ciência perder de vista sua finalidade e intento primeiro.

A já referenciada divisão primária da filosofia contemporânea, entre analíticos e continentais, está longe de ser a primeira tensão do período. Ao fim do século XIX, o espaço intelectual definia-se por duas facções que respondiam a proposta do Idealismo: Anti-metafísicos (Positivistas, materialistas, cientificistas), e a irracionalista *Lebensphilosophie* (cujas figuras principais, Krois (1987) identifica como Simmel, Heidegger e Bergson). Já de início, perceber-se-á a relevância desse debate mais local ao tema aqui apresentado. Primeiramente pelo fato de Peirce – como no caso da outra disputa – apresentar uma proposta filosófica a compassar os interesses desses dois lados opostos (o intento de uma delimitação científica e de uma justificação e devido posicionamento do seu *faktum* num esquema epistemológico; e a percepção de um caráter especial na espontaneidade do ser em direção à autopoiese, e conseqüentemente, nos processos vitais). Em segundo lugar, pela dívida do conceito de diferença em Gilles Deleuze ao pensamento de Henri Bergson. A diferença, entendida por Deleuze a partir da intensividade, também ocupa um espaço relativo ao ontológico – o que por sua vez abre portas para outro espaço desta investigação genealógica: as interfaces entre Deleuze e Peirce na filosofia moderna, mais especificamente, de forma não-exaustiva, as relações da obra do primeiro com Spinoza, Leibniz, Maimon e Hegel; bem como a coleção de atritos do segundo com o legado de Kant, Hume e Descartes, e as harmonizações por ele promovidas com o idealismo alemão. Deve-se ressaltar, aliás, a posição de Peirce na polêmica dos infinitesimais, observada especialmente por Sagal (1978), que destacará sua importância como entes filosóficos e sua relação com as conclusões de Georg Cantor, o que é separadamente um campo de interação com os pressupostos do argumento de Deleuze acerca do desenvolvimento do cálculo diferencial. A disposição dessas interações supracitadas dista de lembrar as ramificações de uma árvore. Perceberemos que apesar de raros, aparecerão alguns momentos de recaptura entre ambiências. Apesar de Deleuze não ser um descendente exclusivo do pragmatismo americano, pretende-se demonstrar o grande espaço de consonância que essas duas propostas filosóficas gestadas em ambientes tão diferentes podem produzir entre si. Seria impertinente afirmar que esse dissolver de tensões seja completamente produzido no presente trabalho e que na história da filosofia os dois autores sejam vistos como genealógicamente isolados. Gabriel Marcel e Jean Wahl, grandes reprodutores de uma filosofia de corte fenomenológico na academia francesa – sendo Wahl aclamado pelo seu volume “filosofias pluralistas da Inglaterra e da América” (Wahl, 1920) onde se discute entre outras escolas, o Pragmatismo e suas figuras centrais – foram professores ligados direta e indiretamente à formação acadêmica

de Deleuze (bem como de boa parte de seus interlocutores na academia francesa), dessa forma, ainda que muito pouco estudado nesse período, o lado filosófico do pensamento de Peirce teve alguma relevância nessa relação. E de fato, o flerte com Peirce existe na obra de Deleuze: Seu volume sobre cinema é especialmente elogioso, e equivale a relevância da classificação peirciana das imagens e signos — de acordo com ele, a mais variada e completa já empreendida — à da tabela periódica de Mendeleiev para a química, ou da taxonomia de Lineu à história natural (Deleuze, 1983). As referências, entretanto, reduzem-se à semiótica e às categorias fenomenológicas. Pela popularidade da metafísica peirciana à época da publicação de *Diferença e Repetição*, bem como pela falta de referências de Deleuze a esse tópico, é seguro pensar que se houve alguma influência por esse lado, ela não se deu diretamente. Em todo caso, a tese em *Diferença e Repetição* guarda a univocidade escotista para também partir para conclusões ontológicas e cosmogênicas:

“Com efeito, o essencial na univocidade não é que o Ser se diga num único sentido. É que ele se diga num único sentido de todas as suas diferenças individuantes ou modalidades intrínsecas [...] O Ser se diz num único sentido de tudo aquilo de que ele se diz, mas aquilo de que ele se diz difere: ele se diz da própria diferença”

(Deleuze, 1968)

Defrontamo-nos com uma das tensões a animar qualquer trabalho comparativo futuro: Seria a diferença de Deleuze apenas um dos dois continua (lei, acaso) apresentados por Peirce? Seria o coração metafísico de seu vitalismo inorgânico desprovido de um princípio coagulador de reunião dos afins que legaria essa unificação a uma identidade linguística, discretizante e posteriormente posicionada ao invés de uma agência objetiva? Para esses fins torna-se necessária uma exegese sistemática do pensamento de Deleuze e Peirce bem como uma depuração entre seus projetos filosóficos e suas interpretações subsequentes. A partir da bibliografia investigada, percebem-se filosofias com um trato do conceito de diferença como agente imprescindível, e no caso de Deleuze, ocupando a própria posição de uma *arché*. Nota-se, entretanto, a aparente ausência de trabalhos afinados a esta exata intersecção. Apesar de existirem trabalhos relacionando as duas filosofias, são majoritariamente artigos orientados à recepção deleuziana da semiótica peirciana, sendo muito poucas ou nulas as exceções, como notado por Jeffrey Bell, num

dos poucos artigos que tangenciam as relações entre os dois autores pelo viés metafísico e a noção de diferença em Deleuze (Bell, 2014). O intento de traçar um projeto de filosofia da diferença de Peirce a Deleuze parece ainda não ter sido publicado, em parte porque os círculos filosóficos consolidados que os admitem não costumam partir dos mesmos problemas. Evidencia-se assim uma grande possibilidade de articular dois pensadores centrais para o pensamento filosófico contemporâneo, que há de se justificar, para além da originalidade, pela habilitação de recortes essenciais, mas pouco comentados, que mostram dois autores de sensibilidades muito diferentes discorrendo sobre um mesmo tema, do qual eles derivarão boa parte de suas articulações metafísicas.

Não surpreende a filosofia encontrar-se em encruzilhadas de formalidade, tampouco esse movimento perfazer a metodologia científica a novo modo. Rarefeita, por outro lado, é a presença dessas questões estar atuante de maneira óbvia em articulações mais contemporâneas. Fato é, um dos movimentos mais fortuitos da lógica contemporânea é de serventia máxima ao desenvolvimento da ciência contemporânea, e como diversas leituras, inclusive a que esse trabalho pretende fornecer, afirmam, crucial para seu estabelecimento paradigmático. De maneira heterodoxa, recorramos à imagem fornecida por um clássico da literatura americana e analisemos o que sua presença no inconsciente coletivo representará a certos desenvolvimentos filosóficos seguintes.

Pegue seu mapa e dê uma olhada. Veja que fim de mundo ela ocupa; como se encontra afastada do continente, mais isolada do que o farol de Eddystone. Repare – um simples outeiro, com um cotovelo de areia; inteira de praia, sem nada ao fundo. (Melville, 2008, p. 71).

Nantucket — ilha tão central ao épico de Herman Melville, *Moby Dick*, e tão marginal à geografia da Nova Inglaterra — marca a memória literária americana como um espaço de esterilidade e isolamento distintos. Embora não seja um caso extremo como Kerguelen ou Tristão da Cunha, descritos por Arthur Gordon Pym, personagem de Nantucket de Edgar Allan Poe, compartilhava a mesma qualidade liminal que a mera menção desses dois topônimos evocaria. O lugar, não apenas por este motivo, mas em grande probabilidade, alimentado por um todo de referências que nutrem pelo lugar uma similar percepção, alimenta curiosa metáfora de Charles Sanders Peirce, curtamente mencionada por John Michael Krois (2004), em curto artigo articulando as filosofias de Peirce e Ernst Cassirer:

Que a partir de dadas premissas, derive-se apenas uma conclusão possível, é uma das falsas noções proveniente do confinamento da atenção dos lógicos àquela Nantucket do pensamento, a lógica dos termos não relativos” (CP 6.313; tradução nossa)

A ilha, que hoje partilha da aparência de qualquer cidade costeira da nova Inglaterra, tinha no século XIX uma carga estética um tanto diferente. Seja pela monotonia dos inúmeros grãos de areia formando esse “formigueiro no mar” —novamente recorrendo a Melville — seja por seu diminuto e estreito semblante em meio ao oceano, seja por sua função como mero lugar de passagem às expedições baleeiras, se trata da imagem que Peirce usou para descrever um modo de pensar que, antecipando isso ou não, entraria em decadência a partir da recepção de sua obra e de desenvolvimentos a ela simultâneos e afins.

É parte do senso comum filosófico que a lógica dos relativos de Peirce oferece bases para incontáveis avanços científicos e articulações cuja possibilidade seria impensável caso a fundamentação do nosso conhecimento seguisse sob os mesmos paradigmas, como demonstrado por Randall Dipert (1984, 1995). Sabemos também, por meio de pensadores como Cassirer (1910), numa das suas publicações mais sistemáticas no tocante à ciência, *Substanzbegriff und Funktionsbegriff*, que uma das mudanças cruciais para a solidificação de um paradigma científico contemporâneo é a gradual substituição de uma ciência com finalidades imagético-intuitivas e orientada à definição das substâncias por uma voltada ao rigor matemático e lógico, e conseqüentemente o inventário formal de uma série de relações poliádicas cuja aderência a dados verificáveis e testáveis determina sua vigência e validade como modelo ou parâmetro; estabelecida assim, em sua obra, a tendência da investigação científica à dissolução do universo numa série de funções abstratas e necessárias.

O que viria a possibilitar essa transição no campo científico é precisamente a revolução lógica a tomar espaço a partir do final do século XIX. Deve-se observar, contudo, que os desenvolvimentos de Peirce na área foram simultâneos aos de outro lógico, Gottlob Frege, e embora sua associação, junto a De Morgan e Boole, em trabalhos como o de Jan Van Hejenoort (1967), a uma continuação dos modelos lógicos clássicos; outras obras, em especial um artigo de Irving Anellis (2012), argumentam justamente o contrário, e adicionam que os interesses e articulações de Frege já encontrariam uma trajetória estável

no diálogo desses autores angófonos. A novidade desses diferentes modos está ou na quantificação ou na centralização do relativo, que possibilitará a partir de si a construção de cadeias de interdependência a partir de uma função por meio da qual se estabelecerá uma articulação que intermedia sujeitos múltiplos. Enquanto a lógica clássica, definida por termos e silogismos é centrada nos objetos e suas propriedades intrínsecas, sendo as inferências derivadas de formas fixas e lineares, a lógica moderna permite uma maior abstração que permite pensar relações de transitividade em sistemas complexos e dotados de múltiplos itens. Percebe-se a partir daqui, que o refino da matematização do mundo exigida pela física exige também que o foco seja orientado de forma mais irrestrita às funções reconhecíveis a partir da experiência ao invés do isolamento e escrutínio existencial de entes específicos.

Para melhor compreender o que há de revolucionário na adoção científica de uma lógica relacional, devemos nos perguntar, antes de tudo, o que houve com a categoria por ela resgatada para que aspecto tão importante fosse tratado até o momento como de um rol secundário, sob um paradigma denominado de maneira generalista e reducionista, lógica aristotélica.

Apesar da característica de interlúdio, é também importante fazer uma provocação ao emprego do termo “aristotélico” quando se refere à lógica clássica que a virada relacional tenta superar. Entre as sistematizações de mundo correntes, torna-se difícil encontrar qualquer campo cuja construção não esteja atrelada diretamente às observações, recomendações e postulados demonstrados em sua obra. É evidente que apesar de não ser o único nome passível dessa reivindicação, Aristóteles entra num espaço raro: O de pensadores cujo sistema quase se confunde com a forma vigente dos processos de raciocínio, investigação e descoberta científica. Muito dessa “confusão” feita principalmente pelo senso comum, mas também gerida na academia, acaba também por reduzir esse recorte de pensamento às ambições e limitações de uma época e de um modo que não necessariamente subscrevem-se à totalidade do que se passava nas investigações originais. A chamada “lógica aristotélica”, como se costuma apelidar a formalização da lógica clássica de termos, sofre assalto pelos mais diversos lados a partir da virada na área a partir do século XIX, quando na verdade, a oposição se dá a um elemento muito específico da formalização lógica que precedia esses desenvolvimentos, e não exatamente uma questão derivada do interior da obra de Aristóteles; sendo, na verdade, um produto dos extensivos recortes de quase todos os comentários posteriores à sua obra ao seu

caráter formalista. Seria desnecessário listar a bibliografia de uma tradição ligada à lógica moderna que tem por instrumento essa compreensão específica de Aristóteles, mesmo porque a interpretação clássica de sua obra lógica, metafísica e epistemológica parece seguir uma tendência muito específica até tempos recentes que apenas nos últimos 25 anos vem sendo repensada; todavia, poderíamos citar como exemplo o trabalho de Jan Van Hejenoort (1967), recorrentemente citado pela bibliografia especializada na virada lógica do século XIX, que usa a ideia de uma sucessão a Aristóteles para contrapor os modelos nascentes nesse período, um desenvolvido por Gottlob Frege, e outro derivado das formulações de Augustus De Morgan, George Boole e Charles Sanders Peirce (esses últimos, aparentando ser descredenciados ao longo dessa investigação por atributos que o autor chama Aristotélicos). Vale notar a postura combativa de um trabalho como o de Irving Annelis, que demonstra certas falhas na interpretação prévia e tenta resgatar o lado anglófono da virada lógica de tais acusações. Posicionar uma defesa aos escritos de Aristóteles dentro dessa polêmica aparenta estar longe das prioridades, e isso pode se explicar pelo fato de que sua formalização de lógica, e o que se tem por interpretação contemporânea disso passa não só pelos próprios critérios estabelecidos, como também pelos próprios comentários a Aristóteles nesses dois milênios e meio que se passaram desde suas articulações. Adiciona-se a isso o fato de que, no campo da ciência, os experimentos que inauguram a modernidade no ramo acabam por propiciar uma ruptura com muitos dos postulados arranjados a partir da mecânica dos corpos articulada por Aristóteles.

Essas rupturas mostram um caminho um tanto familiar à investigação científica, e utilizando-nos da instrumentação fornecida pelos próprios segundos analíticos, torna-se fácil a compreensão do porquê o prosseguimento se dá exatamente dessa forma, bem como do quão importantes são esses primeiros passos na investigação científica. Não podemos descartar a investigação presente, que a partir da leitura dos Analíticos Posteriores, apresenta a relevância da lógica epistêmica e heurística delineada por Aristóteles, sem que neste processo seja perdido de vista o horizonte de uma lógica científica apresentado nessa obra, mais bem extraído por uma seleção específica de comentadores contemporâneos. O centramento desta obra num paradigma científico anteriormente vigente não é resultado de suas proposições de forma isolada, mas das sistematizações paradigmáticas que configuram as perspectivas de sua recepção, sendo a

interpretação contingente e sujeita ao formato e às limitações dos espaços de investigação científica onde ela se infiltra.

Sobre a posição da relação na lógica, o projeto de história da filosofia executado por John Deely (2004) atribui especialmente à escolástica o seu apogeu e à filosofia moderna, sobretudo na figura do racionalismo, seu declínio. Evidentemente alinhado à filosofia de Peirce, Deely evidenciará a associação da categoria de relação ao estabelecimento de um sistema de semiose. Sua posição exclusiva dentre as categorias oferece bases para um pensamento de mundo que em simultaneidade a um realismo, aceite a factualidade de um modelo representativo. A formalização de um sistema de desdobramentos do *signum*, ou semiótica, por sua vez, será correspondida apenas aos desenvolvimentos de Charles Sanders Peirce. De maneira contrária a essa tendência ilustrada na escolástica, o racionalismo moderno acaba por infundir sua filosofia natural de esquemas reducionistas e mecanicistas, as consequências dos quais ficando plasmadas, por exemplo, na história da física, como modelos cuja construção consiste especialmente de uma análise dos fenômenos naturais em caráter isolado (a dizer, monádico). Essa abordagem, na mecânica cartesiana, significará, por exemplo, a redução de todo movimento no universo a relações de contato direto entre objetos. Tais variações do reducionismo e do mecanicismo marcarão a visão moderna do universo como uma indústria da qual todas as maquinações são possivelmente rastreáveis e calculáveis, sem nenhum objeto livre dessa derivação; imagem essa sumarizada sob o conceito do Demônio de Laplace. Apesar do grande refino, seguimos sob um paradigma relativamente similar na *Erkenntnistheorie* kantiana e na mecânica newtoniana: Seguimos com decomposições reducionistas dos dados experimentados, dotadas de modelos intuitivos do mundo fenomênico e posicionando num sujeito as condições de possibilidade do entendimento, a partir de categorias derivadas da articulação de formas puras, no caso de Kant. Newton, apesar de sua introdução do conceito de campo, demonstra as forças como entes muito bem definidos e define as grandezas segundo dados materiais palpáveis. Modelos da mecânica clássica enraizam-se numa lógica tradicional, tratando todos os objetos como entidades autossuficientes com propriedades intrínsecas. A descoberta experimental dos campos (gravitacionais ou eletromagnéticos) foi essencial para que esses preceitos fossem revistos. Sob o paradigma da mecânica clássica, essas mudanças aceitam alterações e revisões, mas o enfoque fenomenológico específico ainda reduzirá os novos resultados à mera relação descartável, interessando-se pela natureza de partículas em-si ou pela

fundamentação que as submete de maneira absoluta a uma legislação. Os inúmeros descartes que a categoria de relação sofre ao longo da história da filosofia, da lógica, da matemática e da ciência nos mostram, se não, um modo de teorização profundamente preocupado com a fixidez ontológica e conceitual da substância e uma grande orientação a processos investigativos cujo interesse primário é o entendimento definitivo do que são as coisas, as forças, enfim, os objetos.

A título de comparação, na relatividade geral, a gravidade é entendida não como uma força que age entre objetos independentes, mas como propriedade da própria estrutura relacional espaciotemporal, a dizer, uma curvatura num esquema que deixa de ter parâmetros discretos absolutos. A visualização fornecida pelos modelos mecânicos tem eficiência tópica, não costumando responder bem quando a orientação se dá a espaços que não esse deliberadamente assumido das coisas particulares. Sendo a experiência de mundo relacional, torna-se fácil notar que muitos dos eventos que tentamos entender dependem de uma multiplicidade dinâmica de objetos com incontáveis interações diretas e indiretas entre si que produzem toda sorte de efeitos; fácil para um realista, problemático numa concepção monadológica, cética, ou estritamente mecanicista no sentido cartesiano da palavra. Levando em conta a importância da categoria de relação ao nosso entendimento (inclusive daquilo que se expressa e entende por meio de outras categorias) nos sobra reconhecer que estas doutrinas legam a uma interioridade subjetiva a construção qualitativa e relacional dos objetos, estando ela atrelada a um referencial real ou não. O nominalismo, em suas diferentes formas, nega a objetividade da relação e a reduz a artifício, seja por uma harmonia pré-estabelecida, seja por um gênio maligno, seja por mera crença induzida, e isso definitivamente tem seus custos à ciência, que se vê restrita a uma finitude a edificar uma divisão intransponível entre o dado e sua percepção. Os frutos desse problema seguem na filosofia de Kant, que apesar de pôr em cheque muitos dos preceitos dessas escolas anteriores, ainda acaba por solidificar a noção de Ding an sich, conceituação que será questionada por Peirce, em posicionamento do real não como meramente subjacente ao fenômeno, mas como aquilo independente e incondicionado pela cognição ou interpretação, partindo dessa articulação para um ataque no espaço lógico: a falta de predicção do incognoscível, a indecidibilidade lógica atrelada a qualquer proposição a ele referente e sua conseqüente insuficiência como conceito (CP 5.525). As coisas-em-si, desta forma, são dadas duas vias possíveis: a de serem

cognoscíveis por meio de seu comportamento ou a de serem tão indizíveis e impassíveis de investigação quanto forem incognoscíveis.

Visando completar uma obra que via como reminescente dos escritos de Augustus de Morgan, Peirce elabora sua lógica dos relativos sobre o mesmo esquema que permeia o restante de sua obra, uma disposição que dispõe uma mônada, uma díade e uma tríade, tendo nesse espaço, respectivamente, as propriedades de reflexão, simetria e transitividade. Esse sistema expande as possibilidades das proposições, habilita um refino da quantificação e apresenta um tratamento formal de sistemas lógicos não-decidíveis, o que por sua vez torna possível o tratamento de problemas científicos e matemáticos cada vez mais complexos e abstratos sem o comprometimento das definições atômicas necessárias à ciência clássica, de corte Aristotélico. A quantificação da ciência possibilita a criação de universos semânticos inteiros com lógicas internas consistentes, e isso permite com que signos indexicais sejam eleitos para tratar de relações abstratas, possíveis, hipotéticas ou imaginárias partindo ainda assim da lógica interna aos dados e observações experimentais.

Uma estrutura lógica relacional lega à ciência o plano de um sistema formal que ao generalizar conceitos e parâmetros, promove a chamada “síntese produtiva” a partir de sua facilitação de uma heurística inferencial. Na perspectiva pragmática, o diagrama configura um instrumento poderoso ao se formar como estrutura icônica que modela a formalidade das relações e as plastifica. Aqui, diagramas não representam apenas unidades objetos estáticos, mas dinâmicas de função, hierarquia, estrutura. Estabelecer índices é discretizar o contínuo, é possibilitar a criação de conceito a partir de um espaço que sem medida, seria sujeito à imprecisão e ao indeterminado.

As construções imaginárias do matemático, e mesmo seus sonhos, aproximam-se a tal ponto da realidade, que possuem, em certo grau, fixidez; por conseguinte tornando-se reconhecíveis e identificáveis individualmente.

(PEIRCE, CP 2.305, tradução nossa)

Estando claro o sentido no fato de que uma doutrina realista recorre à suposta artificialidade de modelos científicos, justamente por sua arquitetônica metafísica por um lado enxergar uma estrutura formal e ordenada do real estabelecida por relações de generalidade, ainda assim não excluindo da realidade o acaso, a diferença e o ruído, e

acreditar na mente como processo de mediação capaz de descrever pontos na expressão fenomenológica do real; o fornecimento de fundações de uma ciência que se distancia do mecanicismo se faz óbvio, tanto quanto a pretensão sistemática dessa doutrina, interessada em investigar a metafísica a partir do verificável e de estabelecer uma teoria da cognição que considera a extensão dos processos mentais em contínua conaturalidade com as próprias inferências e mediações realizadas pela natureza. Os resultados dessa virada perspectiva se observam hoje na física – seja por Mach e sua física de eventos transitivos de diferença, que dariam fim à ideia de energia como fluido universal e a posicionariam como algo muito mais abstrato; seja por Bohr, Heisenberg e Schrödinger, com a introdução da mecânica quântica e todas suas consequências – na matemática – podendo-se aqui listar figuras como Russell, Schröder, Wiener, Gödel etc. – e mesmo nas ciências humanas, tendo em vista as inúmeras teorias envolvendo sistemas complexos que não seriam possíveis sem esses avanços na lógica e na grande visão da área como um *calculus ratiocinator* aplicável, um mapa flexível da interação simbólica dependente de contextos relacionais e mundos possíveis, e não um legislador e decodificador universal.

Não há muito que ainda possa ainda ser retirado da noção de substância e de suas próprias repercussões num esquema epistemológico. A compreensão e explicação dos fenômenos que constituem nosso mundo precisam, pela própria necessidade formal, centrar-se em espaços abstratos e ao mesmo tempo muito mais próximos daquilo que poderia se configurar como suficiente à exposição do que constitui o tecido de experiências que formam o universo. Atentando-nos à imagem inaugural do trabalho, não nos surpreendamos com conteúdo ao fundo deste banco de areia isolado: Mais areia. E há ainda mais a ser trazida e gerada, estreitando os laços desta metáfora com a geofisiologia a ela subjacente. Enquanto se pensar que ser a mera escavação, e não a cartografia, o que amplia o conhecimento de um território, deve-se contentar em encontrar mais do substrato de que ele é repleto, com a mesma vagueza.

Mostra-se de maneira clara que o comprometimento de Peirce com o refino lógico da ciência para além da investigação das substâncias é um dos primeiros pontos de distinção que podemos identificar a respeito da possível interação de sua investigação filosófica da diferença e aquela empreendida por Gilles Deleuze. Enquanto o primeiro concebe o acaso e consequentemente a diferença como um elemento relacional dependente do posicionamento de objetos, a provocação do segundo, em *Diferença e Repetição* e seus trabalhos subsequentes, parece direcionar-se a um retorno em grande parte Heideggeriano

à investigação do ser-em-si, que como veremos posteriormente, conduz a uma tentativa de pensar a diferença em-si-mesma, e, portanto, posta num esquema de propriedade substancial. É importante notar, como faz Zourabichvili, que a investigação deleuziana parte de uma dúvida quanto a essas possibilidades, e que a conclusão, numa reapropriação da filosofia transcendental kantiana, aponta para uma impossibilidade do tratamento absoluto da diferença, se não pela sua impressão como condição de possibilidade da experiência.

A diferença como relação em Peirce segue um caminho genealógico um tanto tortuoso em direção a Deleuze, por este ser leitor de Bergson, que é leitor de James, que por sua vez é leitor de Peirce. Não parece uma derivação suficiente para que essa apropriação ocorresse ainda que de forma indireta, sobretudo pelas contribuições exaustivas da história da filosofia que afirmarão a grande ruptura entre Peirce e James, motivo da mudança de nome idealizada por Peirce, de Pragmatismo a Pragmaticismo, movimento que acontece sobretudo pelas implicações psicologistas e humanistas da leitura da doutrina peirciana por James.

A apropriação de Deleuze pelos novos materialismos (citando-se aqui a obra de figuras como DeLanda, Latour, Land, Meillassoux e Harraway) parece fortuita a partir das conclusões possivelmente retiráveis de sua compreensão da diferença. Relações disso com o indeterminismo peirciano beirarão o controverso, mas são também explicáveis. A cosmologia de Deleuze aparenta posicionar um substrato de pura diferença (onde a generalidade não deixa de ser internamente indeterminada e, portanto, composta de pura diferença). O mesmo e a generalização aparecem como instâncias posteriores, posicionadas na atividade do sujeito. Temos duas filosofias com forte adesão a um indeterminismo, à proposta de um caos metafísico, mas uma única que vê esse processo à plena disposição do cosmos, enquanto o outro diz do cosmos uma redução grosseira da multiplicidade contínua do real. Temos em Deleuze uma curiosa reiteração do que se ilustra como o *clinamen* da cosmologia epicurista imortalizada por Lucrécio:

Quando átomos se movem para baixo através do vazio pelo seu próprio peso, desviam um pouco no espaço em um tempo completamente incerto e em lugares incertos, apenas o suficiente para que você pudesse dizer que seu movimento mudou. Mas se eles não tivessem o hábito de se desviar, todos eles cairiam direto através das profundezas do vazio, como gotas de chuva, e nenhuma colisão

ocorreria, nem qualquer golpe ser produzido entre os átomos. Nesse caso, a natureza nunca teria produzido nada.

A liberdade de Peirce, ao contrário, subscreve-se, e é esse o princípio básico de sua explanação dos processos de mediação e integração presentes no universo. Confirmamos, por este meio, que o idealismo objetivo de Peirce não poderia, em hipótese alguma, aproximar-se de um materialismo, uma vez que sua noção evolutiva é teleológica, num movimento que Deely (2004) aponta como conciliador dos fundos lamarckista e darwiniano e não poderia deixar sobrar ao acaso a explicação devida à complexidade. Deleuze expõe sob o conceito de rizoma a sua solução para a organização, mas deixa escapar o espaço metafísico a alimentar essa imagem. O rizoma não passa então de uma instância ilustrativa que demonstra uma estrutura de conexões possíveis enquanto permitidas por relativo equilíbrio. É dentro desse espaço comparativo, onde comumente se posiciona Deleuze como um herdeiro dos físicos naturalistas antigos, que também podemos associar o pragmatismo peirciano a um refino do posicionamento epistemológico aristotélico, num realismo que atribuirá tanto ordem quanto acaso à expressão do âmbito metafísico. A teleologia universal ata os nós e posiciona a lei, a mediação e a generalização como tendências. Não se trata do universo entrópico deleuziano, tampouco um universo determinista e suspenso da agência do acaso, e sim um processo em que o fluxo de informação é constante e agencia tanto o indeterminado quanto sua antítese, sendo a geratividade originária inesgotável, como afirma Ibri (2015) em capítulo dedicado à cosmogênese. De um modo ou de outro, temos sistemas em que a diferença pura se encerra no contínuo, uma vez que mesmo num sistema entrópico a tendência é justamente a fragmentação *ad infinitum*, e por conseguinte, o enclausuramento dos infinitos descontínuos num campo uno. Sendo todo pluralismo, ao final, um monismo.

A ciência moderna, ainda com sua reserva de inconciliabilidades e incompletudes, parece ensaiar a sugestão coesa de um cosmos a se aproximar tanto de uma perspectiva das leis emergentes quanto uma de diferenciação contínua, isso se dando em especial por contribuições que vão da mecânica quântica à teorização wolframiana de uma física dos grafos causais. Além disso, um conceito aberto de hábito como princípio oferece uma alternativa ao determinismo mecanicista e uma certa adição de *esprit de finesse* onde este é tão necessário na ciência formalista de nossos dias. Sob a possível integração dessas duas visões, a metafísica contemporânea pode romper com a dicotomia entre identidade

e diferença, e a partir disso estabelecer bases para a sugestão tão cobiçada cientificamente de um cosmos simultaneamente plural e uno. Não estão nem ao menos perto de se esgotarem as questões que este trabalho pretende revelar e mostrar como parte de um *corpus* do pensamento humano, mas como dito previamente, localizá-las e atribuí-las a um espaço específico é requisito mínimo para posteriores desenvolvimentos.

BIBLIOGRAFIA

Obras de Peirce

Peirce, Charles Sanders [1932-1958]. *Collected Papers*. Cambridge: Harvard University Press.

_____. *Essential Peirce* [1998]. Bloomington: Indiana University Press.

Obras de Deleuze

Deleuze, Gilles. [2018] *Diferença e Repetição* (Trad. Luís Orlandi) São Paulo: Paz e terra.

_____. [1998]. *Cinéma 1: L'Image-mouvement*. Paris: Minuit.

Comentários à obra de Peirce

Ibri, Ivo [2015]. *Kosmos Noetós: A Arquitetura Metafísica de Charles Sanders Peirce*. São Paulo: Paulus.

_____. [2020; 2021]. *Semiótica e Pragmatismo: Interfaces Teóricas*. São Paulo, Cultura Acadêmica - FiloCzar, 2vols.

_____. [2021]. *On the bottomless lake of firstness: Conjectures on the Synthetic Power of consciousness*. In *Semiotica*. Berlin, De Gruyter. pp. 129-152.

Innis, Robert [2002]. *Pragmatism and the Forms of Sense*. University Park: Penn State University Press.

De Waal, Cornelis [2015]. Peirce and Husserl on Making Science and Philosophy Rigorous. *Journal Phänomenologie*, n. 44. Viena: Universität Wien.

Colapietro, Vincent [2022]. Rhetoric Revisited, Methodeutic Re-imagined. In *Cognitio*, Vol. 23, No. 1. São Paulo: Centro de Estudos de Pragmatismo (PUC-SP).

Houser, Nathan [2015]. The Imperative for Non-rational Belief. In *Cognitio*, Vol. 16, No. 2. São Paulo: Centro de Estudos de Pragmatismo (PUC-SP).

Haack, Susan [1996]. The Legitimacy of Metaphysics. In *Polish Journal of Philosophy*, Vol. 1, No. 1. Cracóvia. EBSCO Publishing.

Santaella, Lucia [2021]. *A Assinatura das Coisas: Peirce e a literatura*. São Paulo: LF Editorial.

Hausman, Carl R [1993]. *Charles S. Peirce's evolutionary Philosophy*. New York: Cambridge University Press.

_____. [1999] Bergson, Peirce, and Reflective Intuition. In *Process Studies*. Vol. 28, No. 3. Champaign: University of Illinois Press.

_____. [2002]. Charles Peirce's evolutionary Realism as a Process Philosophy. In: *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, v. 38, n.1, p. 13-28.

Zalamea, Fernando [2010]. A Category-Theoretic Reading of Peirce's System: Pragmaticism, Continuity, and the Existential Graphs. In *New Essays on Peirce's Mathematical Philosophy*, ed. Matthew Moore, 203–233. Chicago: Open Court.

Murphey, Murray [1961]. *The development of Peirce's philosophy*. Cambridge: Harvard University Press.

Moore, Matthew [2013]. Is Synechism Necessary? In *Cognitio*. Vol. 14, No. 1. São Paulo: Educ.

Apel, Karl-Otto [1981]. *Charles Sanders Peirce: From Pragmatism to Pragmaticism*. Amherst: University of Massachusetts Press.

Krois, John Michael [1981]. Peirce's Speculative Rhetoric and the Problem of Natural Law. In *Philosophy and Rhetoric* 14 (1):16 - 30.

_____. [2004] More than a Linguistic Turn in Philosophy: The Semiotic Programs of Peirce and Cassirer. In: *Sats – Nordic Journal of Philosophy*, Vol. 5, No. 2. Philosophia Press.

Spiegelberg, Herbert [1956]. Husserl's and Peirce's phenomenologies: Coincidence or interaction. In *Philosophy and Phenomenological Research*. Vol. 17, No. 2. Providence: International Phenomenological Society.

Sebeok, Thomas A [1991]. *A Sign is Just a Sign*. Indiana University Press.

Bourgeois, Patrick L.; Rosenthal, Sandra B [1988]. Heidegger and Peirce. In *Southwest Philosophy Review*. Vol. 4. Nashville: Southwestern Philosophical Society.

Anellis, Irving [2012]. How Peircean was the “Fregean revolution”. In *logic? In: Логические Исследования*, No. 18. Moscou: Academia Russa de Ciências.

Esposito, Joseph L [1977]. Peirce and Naturphilosophie. In *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, Vol. 13, No. 2. Bloomington: Indiana University Press.

Sagal, Paul [1978]. Peirce on Infinitesimals. In *Transactions of the Charles S. Peirce Society*. Vol. 14, No. 2. Bloomington: Indiana University Press.

Paul Franks [2015]. Peirce's Schelling-Fashioned Idealism and the Monstrous Mysticism of the East. In *British Journal for the History of Philosophy*. Vol. 23, No. 4. Londres: Routledge.

Comentários à obra de Deleuze

Zourabichvili, François [1996]. *Deleuze. Une philosophie de l'événement*. Paris: PUF.

Laruelle, François [2011]. *Philosophies of Difference: A Critical Introduction to Non-Philosophy*. Nova York: Continuum.

Bergen, Véronique [2001]. *L'ontologie de Gilles Deleuze*. Paris: L'Harmattan.

Voss, Daniela [2011]. Maimon and Deleuze: The Viewpoint of Internal Genesis and the Concept of Differentials. In Parrhesia, No. 11. Londres: Open Humanities Press.

Textos de teor comparativo dentro do escopo da pesquisa

Bell, Jeffrey [2015]. Infinite Pragmatics: Deleuze, Peirce, and the Habits of Things. In Deleuze and Pragmatism (org. Bowden, Sean; Bignall, Simone & Patton, Paul) 21-37. Londres: Routledge.

Vellodi, Kamini. [2014]. Diagrammatic Thought: Two Forms of Constructivism in C.S. Peirce and Gilles Deleuze. In Parrhesia. Londres: Open Humanities Press.

Obras relevantes para a contextualização do problema filosófico enfrentado num panorama contemporâneo

Cassirer, Ernst [1910]. Substanzbegriff und Funktionsbegriff. Berlin: Bruno Cassirer.

Friedman, Michael [2000]. A Parting of the Ways: Carnap, Cassirer and Heidegger. Chicago: Open Court.

Deely, John [2001]. Four Ages of Understanding. Toronto: University of Toronto Press.

Haack, Susan [1978]. Philosophy of Logics. Cambridge University Press.

Heijenoort, Jean. [1967] Logic as Calculus and Logic as Language. Springer.

Porta, Mario A. G. [2011] Estudos neokantianos. Edições Loyola.

Bronstein, David. [2016] Aristotle on Knowledge and Learning: The Posterior Analytics. Oxford: Oxford University Press.

McKirahan, Richard. [1992] Principles and Proofs: Aristotle's Theory of Demonstrative Science. Princeton: Princeton University Press.

Wallace, William A. [1992] Galileo's Logic of Discovery and Proof: The Background, Content, and Use of His Appropriated Treatises on Aristotle's Posterior Analytics. Boston: Springer.